

Política chilena e o populismo latino-americano

La política chilena y el populismo latinoamericano

Resenha: VALDIVIA, Verónica; PINTO, Julio; GATICA, Teresa; DONOSO, Karen; LEIVA, Sebastián. **Populismo en Chile.** De Ibáñez a Ibáñez: populismo y trabajadores. Santiago: Lom ediciones, 2023.

Palavras-chave: Chile; populismo; política latino-americana.

Palabras clave: Chile; populismo; política latinoamericana.

Mario Angelo Brandão de Oliveira Miranda*

O LIVRO *Populismo en Chile. De Ibáñez a Ibáñez: populismo y trabajadores*, escrito por Julio Pinto Vallejo e Sebastian Leiva Flores, é o primeiro dos três volumes da obra organizada por Verónica Valdivia Ortiz de Zárate, Julio Pinto Vallejo, Teresa Gatica Pinto, Karen Donoso Fritz e Sebastian Leiva Flores, e publicado pela Lom Ediciones, de Santiago do Chile, em 2023. Tendo como base as tensões relacionadas à legislação laboral e sua incorporação, propõe uma análise das relações entre o Estado e os trabalhadores organizados em três momentos da história chilena – a ditadura de Carlos Ibáñez del Campo (1924-1931), os governos das Frentes Populares (1938-1946) e o último governo, então eleito, do mesmo Ibáñez del Campo (1953-1958) – à luz das possibilidades de aproximação com as chamadas experiências populistas latino-americanas do período, mais especificamente, o peronismo na Argentina e o varguismo no Brasil.¹

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pela Pontifícia Universidad Católica de Chile em duplo grau. Professor do Departamento de História da PUC-Rio. E-mail: marioangelomiranda@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5125-1684>.

1 Nos outros dois volumes que compõem a obra, *Más alla de la caridad. Hambre, pobreza y Primeras Damas e Populismo y políticas culturales* – são mantidas a estrutura e os objetivos centrais. Contudo, a análise recai sobre outros três espaços de interação entre o Estado e o povo: o debate acerca das demandas de consumo e bem-estar e das medidas assistenciais ou para melhoria das condições de vida de trabalhadores e pobres; o papel exercido pelas primeiras-damas em seu diálogo com grupos desassistidos; a legitimação e expansão da cultura popular e sua identificação com a cultura nacional.

Muitos são os autores que questionam a utilização do populismo enquanto categoria explicativa. Adequado para um contexto histórico específico, sua definição incorporaria ambiguidades e generalizações que podem abrir espaço para a homogeneização de políticas distintas, dificultando a análise de particularidades nacionais e contextos específicos.² Além disso, ao se fundamentar em categorias imprecisas, que remetem a simplificações acerca do próprio conceito de povo, o populismo se transformou em uma noção elástica e ahistórica, sendo utilizado em interpretações sobre diferentes momentos e processos políticos latino-americanos. Talvez em função de sua estendida capacidade explicativa, o conceito tem ampla difusão na cena política, sendo incorporado na “memória coletiva” a partir de uma percepção negativa que parece remeter à recorrente incapacidade da sociedade civil e à debilidade das classes trabalhadoras latino-americanas. Apoiados em seu carisma, os líderes populistas enganam e manipulam o povo com promessas não cumpridas, retórica fácil e falta de caráter para, no limite, constituírem ditaduras demagógicas.³

Ao incorporar a utilização do conceito de populismo, inevitavelmente, o livro traz consigo toda essa longa e controversa discussão acadêmica e política. Em verdade, os autores reconhecem o contínuo uso, a frágil capacidade explicativa e as “dificuldades de enquadramento” do populismo em variadas configurações históricas. A introdução, comum aos três volumes, expõe a fecundidade intelectual dos debates sobre o conceito. Em um cuidado panorama, percorrem análises que transitam entre questões econômicas, históricas e de “cultura política” para interpretação de diferentes períodos históricos, incorporando governos latino-americanos à direita e à esquerda do espectro político.⁴ Contudo, reforçam que seu trabalho dialoga apenas com as experiências do chamado “populismo clássico”, que remonta à fragilidade do processo de modernização das nações latino-americanas em meio à crise do capitalismo do período entreguerras e suas possibilidades de aplicação no cenário chileno.

Embora partam do pressuposto da existência do populismo enquanto uma “forma de reconfiguração social” característica de um momento histórico latino-americano, vinculam seu estudo ao que denominam de “interpretações mais recentes”, com uma entrada não necessariamente pejorativa. Centradas nas dificuldades de escuta e interpretação das persistentes demandas populares, essas análises buscariam superar a ideia de simples manipulação e discutir o papel protagonista popular.

2 Ver, CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

3 Em artigo publicado em 2007, em meio ao aparecimento de análises que utilizavam a ideia de populismo para dar conta de uma virada democrática à esquerda de muitos governos latino-americanos, Maria Elisa Sá atentou para a paradoxal relação entre a fragilidade teórica e o alto grau de compartilhamento do conceito, mas também para certa perspectiva elitista a ele vinculada. MADER, Maria Elisa N. de Sá. Novo Populismo? **Nuevamerica**, n. 113, p. 48-55, 2007.

4 Às interpretações apresentadas, incluiria ainda estudos que dão conta da capacidade de reinvenção do conceito e seu emprego, a partir de conceitos associados para análise dos populismos contemporâneos, em meio ao que determinados cientistas políticos têm denominado “limbo da democracia liberal”. Ver, GOUVEA, Carina Barbosa; CASTELO BRANCO, Pedro H. Villas Bôas. **Populismos**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

Sob essa perspectiva, o populismo aparece então associado a um momento de ruptura hegemônica que, em meio à expansão da sociedade de massas e ao desafio da proteção social, levou a uma reconfiguração do pacto social com a ampliação das funções do Estado ao econômico e ao social. Frente uma possibilidade de quebra institucional, os esforços de controle do potencial revolucionário teriam se associado a um discurso de harmonia social que envolveu tanto a restrição quanto a incorporação da ação popular. Esse processo de recomposição teria se dado frente a adoção de um modelo produtivo mais nacionalista e autônomo e a uma concepção socialmente transversal da comunidade nacional, em que a presença popular apresenta papel relevante.

Embora não seja este o objetivo dos autores, a meu ver, essa perspectiva dá conta de alguns questionamentos, mas não supera a polêmica em torno do conceito, podendo se constituir em mais uma de suas muitas interpretações. Ainda assim, tendo essas condições como base, Julio Pinto e Sebastian Leiva, que assinam em coautoria o último capítulo, sustentam que é possível a utilização da ideia de populismo para a análise da história política chilena nos períodos selecionados e propõem uma verificação dos pontos de encontro entre a trajetória política chilena e as premissas centrais do populismo.

A proposta, por um lado, se constitui em uma importante contribuição aos estudos que propõem interpretações que transcendem o nacional, apontando para a América Latina enquanto uma região que compartilha processos históricos comuns, que se articulam a contextos mais amplos. Ao estabelecer um diálogo com a trajetória política de outros países, Pinto e Leiva também vão de encontro a certa tradição historiográfica chilena que ainda procura afirmar a excepcionalidade do país em relação aos seus vizinhos, com argumentos que se ancoram na suposta força de seu sistema de partidos, de seu aparato institucional democrático e na ausência de lideranças políticas carismáticas. Por outro lado, a estratégia metodológica de se verificar pontos em comum com outras experiências históricas a partir de premissas pré-estabelecidas parece se distanciar de algumas perspectivas teóricas vinculadas às análises comparativas, ou cruzadas, e restringir excessivamente o escopo de análise documental.

Ancorado em pesquisa robusta, que incorpora documentos oficiais, atas, petições e resoluções de sindicatos e grêmios de trabalhadores, além da análise das edições do diário *La Nación*,⁵ o livro foi dividido em três capítulos. No primeiro, *La dictadura Ibáñez en clave populista, 1924-1931*, a associação entre as ações do governo Ibáñez e do reformismo militar que derrubou o presidente Arturo Alessandri em 1924 à “família” dos populismos, se dá a partir da percepção da centralidade da questão social e, fundamentalmente, trabalhista. Nele, são verificados os esforços do governo em quebrar a resistência patronal e fiscalizar a aplicação da legislação de 1924, aprovada sob pressão dos militares, como um componente de legitimação política e de sedução dos setores populares.

5 Adquirido pelo Estado em 1927, o jornal passou a difundir oficialmente ideias e projetos de distintos governos.

Em uma combinação “típica das experiências populistas”, esse movimento se articulou a uma enérgica repressão dos agentes supostamente contrários à harmonia e coesão social, de viés marcadamente anticomunista e antiluta de classes. Por sua vez, a análise das manifestações de apoio, inclusive nas ruas, de grêmios de trabalhadores de diversas orientações políticas procura demonstrar as tensões entre a imposição e o diálogo que marcariam o pacto populista, se contrapondo assim a um populismo de corte funcionalista, que estabelece um caráter passivo às massas aderentes. Nessa interação, a falta de carisma de Ibáñez é minimizada, visto que o Estado se apresentava como principal agente executor da estratégia de reconciliação social dentro da ordem.

No capítulo II, *Pan, techo y abrigo para el Pueblo. Los frentes populares*, esses elementos são retomados para a investigação dos governos de Pedro Aguirre Cerda e Juan Antonio Ríos. Para o autor, embora não tenham restringido a atividade política nem suprimido as liberdades públicas, respeitando a institucionalidade e os partidos, esses governos mantiveram a característica populista de atenuar o conflito social mediante o papel arbitral e protetor do Estado. Diante de uma postura pactista e não rupturista de comunistas e socialistas, com diferentes matizes entre as duas gestões, os governos radicais assumiram a centralidade das ações, apresentando um conjunto de medidas articuladas aos princípios de justiça social, arbitrando conflitos que supostamente ameaçavam a ordem e constituindo-se em elemento harmonizador dos interesses nacionais. Sobre este ponto, o autor destaca tanto a tolerância, “com limites”, da ação sindical quanto os eventuais episódios de violência e restrição do direito à greve. Logo após a Segunda Guerra Mundial, esse pacto teria sido quebrado em meio ao aumento da escalada conflitiva vivenciada no governo de Gabriel González Videla.

A etapa populista clássica da experiência chilena seria completada anos mais tarde com o retorno de Ibáñez à Presidência, com massiva votação. Na contramão de trabalhos que apresentam o segundo governo de Ibáñez (1952-1958) como expressão do populismo no Chile, não por acaso o terceiro capítulo é intitulado *El retorno de Ibáñez: o caso del populismo chileno*. Para os autores, embora tenha incorporado um programa tipicamente populista, o governo não conseguiu colocá-lo em prática. Em um primeiro momento, um projeto que assumia a reforma do código do trabalho, sinalizava para o reconhecimento dos sindicatos e pregava ações de moradia em regiões miseráveis se somou ao desencanto com os anos Videla e abriu espaço para uma convocação populista de cunho clássico, antipartidos, difusa do ponto de vista ideológico e personalista. Nesse contexto, não são desconsideradas as possibilidades de ganho real aos trabalhadores. Contudo, em meio ao ambiente da Guerra Fria, o anticomunismo ibanista e o recorrente uso da violência repressiva abriam pouco espaço para negociações e pactuações. Por outro lado, a ação autônoma da recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do sindicalismo organizado teriam impedido as tênues tentativas do governo em costurar um movimento

social com lideranças próximas ao governo. Nesse cenário, o fracasso da política econômica seria um elemento a mais para as tensões que culminaram com as convulsões populares de abril de 1957 e o enfraquecimento da própria CUT.

Em seu último ano, o governo Ibáñez seria marcado por uma distensão que, segundo os autores, foi mais reflexo do esgotamento de ambas as partes do que qualquer forma de reconciliação “verdadeira” entre a agenda populista de Ibáñez e o mundo do trabalho organizado. Fiéis ao recorte temporal e à conjuntura político-econômica internacional a que vinculam os experimentos populistas, entendem que a década de 1950 não teria lhes sido propícia também na Argentina e no Brasil. Em meio ao endurecimento da Guerra Fria, os governos teriam optado pela estabilização econômica e pelo alinhamento com os EUA.

Ao incorporar a noção de diálogo, afastando-se da controversa ideia de manipulação, o livro traz importante contribuição analítica e documental acerca da agência política dos trabalhadores. Ainda assim, seu protagonismo histórico é matizado. Nos dois primeiros capítulos destacam-se um “espírito de conciliação” e uma posição “híbrida” dos trabalhadores, que variavam entre pressão, adesão e esforço sindical para reduzir conflitos, mas que, segundo o autor, nunca extrapolou os limites do pacto populista. No terceiro capítulo, em meio ao desconforto do governo com a concórdia social e a crescente autonomia sindical, reforça-se a tênue linha entre diálogo e repressão. Contudo, como seria possível estabelecer o ponto de equilíbrio que define o populismo, sendo que, por exemplo, os limites de atuação admitidos, ou concedidos, em um regime ditatorial não são os mesmos que os presentes em um governo eleito?

Da mesma forma, o destaque dado à atuação ideológica nos sindicatos durante o último governo Ibáñez parece retomar uma fórmula que desqualifica a capacidade de atuação das massas populares. Noções como recomposição, restrição e incorporação, que associam o controle de certo potencial revolucionário a um desejo de manutenção da ordem e harmonia social, parecem se contrapor à ideia de uma democrática negociação entre atores políticos e ao próprio reconhecimento destes. No caso específico dos populismos, o papel exercido pelas lideranças carismáticas, ponto pouco desenvolvido, mas que talvez seja mais trabalhado na original proposta de análise da atuação das primeiras-damas, objeto de outro volume da coleção, seria um elemento distintivo. Uma contribuição interessante ao debate proposto no livro talvez seja uma análise mais cuidada acerca de conceitos como democracia e povo. Estes assumem novos contornos quando se inverte a relação política, propondo-se uma agenda que parta da gradual ampliação do papel político das camadas populares e não dos governos ou mesmo do trabalho organizado. Os impactos dos resultados eleitorais na reordenação das contradições presentes no interior do bloco político da Frente Popular e a demonstração de força de um conjunto de novos atores nos eventos de abril de 1957, e a posterior reordenação das forças políticas chilenas, talvez sejam indicações interessantes nesse sentido. Contudo, além de escapar ao escopo desta

resenha, as observações não invalidam as significativas contribuições do livro aos estudos sobre a trajetória política chilena, especialmente naqueles que propõem um olhar ampliado, orientado para as interações e interseções com outras experiências latino-americanas.